



Espaço público

Críticos ou integrados? Uma resposta

O Manifesto que estes subscritores tornaram público sobre os usos da inteligência artificial em contexto de ensino-aprendizagem, com especial foco no ensino superior, suscitou um vivo debate, com dezenas de contributos. É caso para dizer: dever cumprido! Que mil polémicas floresçam! É delas que se alimenta a esfera pública: argumentos vivos, construídos com sinceridade e urgência cívica, confrontam-se com contra-argumentos, reformulam-se com posições, geram-se, eventualmente, consensos provisórios e estabelecem-se novos pontos de partida, mais esclarecidos, sobre os temas em contenda. Torpe seria resvalar para a indiferença, o cinismo prepotente ou a paz podre do silêncio descomprometido.

Hoje teríamos apresentado as nossas opiniões de maneira diferente. Em vez de acentuarmos a “proibição” do uso da inteligência artificial em ambientes pedagógicos, (que tinha muito mais de retórica e de provocação do que de intenção programática), colocaríamos a nossa energia proclamatória num “parar para pensar”. E, definitivamente, contextualizariamos a expressão “cretinos digitais”, que tem uma origem tão precisa quanto ostensivamente provocadora: o ensaio do neurocientista francês Michel Desmurget [A fábrica dos cretinos digitais], publicado originalmente em 2019 e que analisa o empobrecimento cognitivo das crianças e jovens pela omnipresença dos ecrãs, do mesmo modo, que, noutro contexto, Marx celebrizou a crítica ao “cretinismo” dos que pensavam a transformação social a partir de uma “bolha” institucional (dir-se-ia hoje), menosprezando a realidade social. Mas reconhecemos que metáforas como estas carregam, mesmo que involuntariamente, o peso dos usos historicamente estigmatizantes de certas palavras.

Mas voltemos à saudável polémica. As reações ao nosso manifesto, assaz variadas, podem talvez agrupar-se em três categorias (deixamos propositadamente de fora os insultos, como o daquele reitor que decidiu romper o silêncio público sobre os inúmeros problemas políticos e laborais que afetam o ensino superior para nos chamar “incompetentes” e que, do alto da sua proficiência tecnológica e pose moderna, incorreu no soez idadismo de salientar o peso dos aposentados na lista dos subscritores - como se o espírito crítico das mentes vivas alguma vez se “aposentasse”).

Temos, em grande número, as reações dos optimistas tecnológicos. A sua crença ingénua nas virtudes da tecnologia provoca-lhes um adormecimento do espírito crítico, pois acreditam numa trajetória linear da História, reduzida, em boa medida, a uma sucessão, em estados cada vez superiores, de inovações tecnológicas. É sempre a abrir, desde a calculadora à inteligência artificial, como se não estivesse hoje à vista de todos a enorme

regressão global acelerada pela Web 2.0. e pela economia das redes sociais e, mais recentemente, do “panóptico digital” e o “capitalismo da vigilância”. Em vez de colaboração, descentralização, participação e trabalho coletivo, assistiu-se ao desenvolvimento de subjetividades alienadas e ensimesmadas, com quebras relevantes na sociabilidade e na capacidade de entendimento mútuo (comunicar não é o mesmo que falar!), num ambiente geral de extração de dados de comportamento e de vigilância totalitária.

Algumas destas reações ainda mencionam a necessidade de regulação ou de mobilização do espírito crítico, mas de forma vaga, genérica e embrulhada no embevecimento sobre as virtudes da aceleração da produtividade na reconfiguração do capital humano. Ora, caberia à própria Academia fazer a crítica dessa aceleração e das suas consequências científicas e pedagógicas. Mas sobressai, entre as posturas tecno-otimistas, uma conceção instrumental do avanço tecnológico, a par de uma dispensa do exercício do músculo crítico (em que condições sociais se produz a inteligência artificial? Quem a controla? Que relação umbilical estabelece com o complexo industrial militar? Quem serve? Que efeitos provoca, etc.). Desde a sua génesis que a inteligência algorítmica está imersa (embora de forma nada transparente) em valores e escolhas que servem interesses e reproduzem falsidades, criando realidades onde a inquietude e o imprevisto desaparecem. Questionar incomoda como andar à chuva...

Em segundo lugar, surgem os adeptos da tese da “inevitabilidade”. Não há como domar este carro de Jagrená, por isso embarquemos na onda (mais umas vez surgem as pífias e imprecisas sugestões de regulação). A inéria em encontrar alternativas, em pensar contra a corrente e além da situação, impede-os de perceber que o ensino-aprendizagem deveria ser o

locus por excelência do cultivo da imaginação, da criatividade, do rigor e do esforço, mesmo que contra o mundo, uma vez que a relativa autonomia das instituições educativas lhes deveria permitir o olhar demorado (com tempo para errar e experimentar), colaborativo, reflexivo e transformador que está na base das competências que fundam a interação, o cuidado e o respeito.

Não é inevitável um mundo pós-humano, de preguiça metacognitiva (como de resto a OCDE denuncia, em recente relatório) nem tampouco a vitória da gestão algorítmica que retira autonomia aos estudantes (e, já agora, aos trabalhadores, incluindo professores e cientistas). Não se trata de abolir algoritmos, motores de busca ou o acesso a ferramentas de pesquisa. Trata-se, isso sim, de retomarmos a capacidade de decidir democraticamente sobre os seus usos, as suas regras, e de desenvolvermos experiências e instâncias de mediação pedagógica que exercitem a autonomia em relação a esse modo de relação com o real.

Finalmente, os tecnopedagogos defendem uma adaptação do ensino à inteligência artificial, franqueando a sua utilização ao planeamento de aulas, à avaliação e, em geral, à criação de conteúdos, acelerando os ritmos de circulação cognitiva. Tudo o que não passasse por este caminho seria demissão e desistência pedagógicas face a um mundo que será dominada pela IA.

Contra eles, cabe-nos defender a sala de aula como relação intersubjetiva, com tempo para o desenvolvimento cognitivo, o aprimorar da reflexão intelectual e a não subserviência às lógicas especializadas e imediatistas do mundo da produção, pois apenas estudantes capazes de entender as subtilizações da complexidade do mundo serão capazes de com elas se encantar e de transformar. Dir-nos-ão que estas são questões que antecedem à introdução da IA no nosso quotidiano e que a Academia já deveria há muito ter tido a capacidade de uma maior reflexão crítica sobre o tipo de exercícios, métodos e experiências pedagógicas que propõe. Neste ponto, não temos dificuldade em concordar. A solução não está em mantê-la tal como existe, embora haja dentro das instituições práticas, culturas e modos de ação muito diversos. Mas se é verdade que a IA veio expor fragilidades de práticas de ensino e de avaliação, a questão está em saber se aceitamos a colonização das práticas académicas pela IA, sem, justamente, “pararmos para pensar” e o fazermos com distância crítica.

A aceitação tácita da tecnologia, sem atender às suas condições sociais de produção, aos seus impactos ambientais, à sua relação umbilical com um mundo cada vez mais desigual, é tão ou mais reveladora de ignorância que o desconhecimento sobre os aspetos técnicos de uma IA que permanece capturada por lógicas que colocam o lucro acima da satisfação das necessidades humanas, da justiça social, da sustentabilidade ambiental. Ora, inverter estas lógicas implica questionar também a própria IA e o seu papel. Não para fugirmos do mundo e das suas possibilidades tecnológicas, porque nem assim deixaríamos de estar nele mergulhados. Mas para não nos conformarmos, como nos parece que está a acontecer no presente e concretamente na Academia, a um mundo em que muito poucos decidem e em que se subtraem aspectos fundamentais da nossa vida ao campo das escolhas e das possibilidades.

André Carmo, professor auxiliar, U. Évora; **João Teixeira Lopes**, professor catedrático, U. Porto; **Raquel Varela**, professora auxiliar com agregação, U. Nova; **Raul Lopes**, professor associado com agregação, Iscte-IUL; **Viriato Soromenho Marques**, professor catedrático aposentado, U. Lisboa
(Este texto é subscrito pelos 28 académicos promotores de “Por um Ensino Superior Humanizado – ‘Manifesto contra o uso da inteligência artificial generativa’”)



MANUEL ROBERTO